

# BRINQUEDOS BANDEIRANTE S.A.

CNPJ nº 61.068.557/0001-59  
Relatório da Administração

**Aos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores e Outros Parceiros:** Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.S.as., as demonstrações contábeis e econômico-financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das notas explicativas da Administração, bem como do parecer dos auditores independentes. A Administração permanece à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos. São Paulo, 30 de abril de 2026.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	113.265	109.913
Contas a receber	4	47.356	64.321
Estoques	5	22.929	26.480
Tributos a recuperar	6	4.599	9.561
Despesas antecipadas		1.774	8.580
Outras contas a receber		2.242	2.399
		<b>192.165</b>	<b>221.253</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos compulsórios e judiciais		1.334	3.106
Investimentos	7	454	454
Imobilizado	8	48.297	48.483
Intangível	8	131	76
		<b>50.216</b>	<b>52.119</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>242.381</b>	<b>273.372</b>

Passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	6.089	2.355
Empréstimos	10	-	1.287
Obrigações trabalhistas	11	5.118	5.356
Obrigações tributárias	12	3.041	5.063
Dividendos obrigatórios	15	1.133	1.135
Outras contas a pagar	13	3.694	4.994
		<b>19.075</b>	<b>20.190</b>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	16	45.749	222.701
		<b>45.749</b>	<b>222.701</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		15	170.385
Capital líquido		3.022	2.793
Reserva legal		4.150	888
Resultados acumulados		177.557	30.481
		<b>177.557</b>	<b>30.481</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>242.381</b>	<b>273.372</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Capital social	Reserva Legal	Resultados Acumulados
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>	26.800	2.793	888
Lucro do Exercício	-	-	4.579
Reserva Legal	-	229	(229)
Dividendos obrigatórios	-	-	(1.088)
Aumento de Capital	143.585	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</b>	170.385	3.022	4.150

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
--	--	--	--

**1. Contexto operacional:** A Brinquedos Bandeirante é uma Sociedade anônima com Sede na Rua Cuiabá, 185, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a indústria, comércio, importação e exportação de artefatos de plástico, metal ou madeira, de brinquedos, puericulturas, utilidades domésticas e produtos congêneres.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** 2.1. **Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, mensuração de provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de Reais e resultam da acumulação de valores nominais, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem todas as informações, foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2026. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a) **Alterações nas IAS 21/CPC 02 (R1) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que poderia gerar divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que permitam direções e obrigações exequíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, no data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade somente puder obter da outra moeda valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem, principalmente: • requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é • requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra • requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista por meio de uma moeda não é conversível em outra; • orientações de aplicação e exemplos ilustrativos; e • alterações às IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente. Após análise interna, a Administração concluiu que tais alterações não acarretam impactos relevantes para a Companhia, principalmente porque: • a Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; • a Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e • os fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras, quando existentes, seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteraram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis. b) **Exemplos ilustrativos para divulgação nas demonstrações contábeis sobre incertezas relacionadas ao clima:** Durante o período de 2025, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, eles não têm data de vigência específica. No entanto, espera-se que as entidades os considerem em tempo hábil, quando aplicável. A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026 no ambiente regulatório aplicável. Dessa forma, os exemplos ilustrativos divulgados pelo IASB não impactaram estas demonstrações contábeis. c) **Orientação Técnica OPCO 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBD):** A OPCO 10 trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e avaliação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBD). A Companhia avaliou suas políticas contábeis no contexto da referida orientação e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis, considerando que não participa, na data-base, de mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono, permissões de emissão ou CBD de forma relevante para as demonstrações contábeis. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda está avaliando se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; b) Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente com as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e a aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - a nova norma, emitida pelo IASB em abril de 2024, substituiu a IAS 1/CPC 26 (R1) e resultará em alterações relevantes de apresentação e divulgação nas Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras, renomeada de Políticas Contábeis,

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Receita de venda do mercado interno	17	165.394	185.189
Receita de venda do mercado externo	17	1.073	436
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>166.467</b>	<b>185.625</b>
Deduções de vendas		(39.686)	(44.295)
<b>Receita líquida das vendas</b>		<b>126.781</b>	<b>141.330</b>
Custo dos produtos vendidos	18	(95.587)	(100.514)
<b>Lucro bruto</b>		<b>31.194</b>	<b>40.816</b>
<b>Despesas Gerais e administrativas</b>			
Despesas com vendas	19	(28.910)	(25.380)
Despesas Gerais e administrativas	20	(18.849)	(18.541)
Outras receitas/(despesas) operacionais/líquidas		9.310	2.833
		<b>(38.449)</b>	<b>(41.088)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>(7.255)</b>	<b>(272)</b>
Resultado financeiro líquido	21	12.185	6.237
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) antes do imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>4.930</b>	<b>5.965</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(351)	(1.345)
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do Exercício</b>		<b>4.579</b>	<b>4.620</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido por ação RS</b>		<b>0,57</b>	<b>0,58</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	2025	2024	
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>4.579</b>	<b>4.620</b>	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>4.579</b>	<b>4.620</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	2025	2024	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
<b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>4.579</b>	<b>4.620</b>	
Ajuste para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação	4.325	5.283	
Baixas do Imobilizado	1.089	366	
Processo Judicial exclusão ICMS da base de cálculo pis/cofins	3.182	16.119	
Valor das despesas c/perda estimada c/ crédito de liquidação duvidosa	316	(405)	
Juros a apropriar	-	148	
Juros passivos s/partes relacionadas	759	2.568	
Distribuição de dividendos	(1.088)	(1.097)	
	<b>13.162</b>	<b>27.602</b>	
<b>(Acréscimo) / Decréscimo do Ativo</b>			
Contas a Receber	16.648	(11.270)	
Estoques	3.550	(5.463)	
Tributos a recuperar	1.781	(1.647)	
Despesas antecipadas	6.807	(4.974)	
Outras Contas a Receber	156	335	
Depósitos compulsórios e judiciais	1.772	(49)	
	<b>30.714</b>	<b>(23.068)</b>	
<b>Acréscimo / (Decréscimo) do Passivo</b>			
Fornecedores	3.734	(912)	
Salários e encargos sociais	(551)	(194)	
Tributos a pagar	(2.022)	1.275	
Outras contas a pagar	(988)	2.253	
	<b>173</b>	<b>2.422</b>	
<b>Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>44.049</b>	<b>6.956</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de Ativos Imobilizados	(5.283)	(5.617)	
<b>Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(5.283)</b>	<b>(5.617)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Empréstimos e financiamentos	(1.287)	(3.726)	
Partes Relacionadas	(34.128)	90.092	
<b>Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(35.415)</b>	<b>86.366</b>	
<b>Aumento/(Diminuição) de caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>3.351</b>	<b>87.705</b>	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	109.913	22.208	
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	113.265	109.913	
<b>Aumento/(Diminuição) de caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>3.351</b>	<b>87.705</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Saldo em 31 de dezembro de 2024			
	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.666)		
Movimentação	316		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(4.350)</b>		

Saldo em 31 de dezembro de 2025			
	2025	2024	
Produtos acabados	7.688	8.516	
Matéria-prima	5.437	4.305	
Produtos em elaboração	5.665	5.757	
Materiais diversos	4.139	7.902	
	<b>22.929</b>	<b>26.480</b>	

6. Tributos a recuperar			
	2025	2024	
ICMS a recuperar	358	557	
Crédito de ação judicial exclusão ICMS da base de cálculo PIS/COFINS (I)	165	3.347	
Demais tributos a recuperar	4.076	5.657	
	<b>4.599</b>	<b>9.561</b>	

(I) No período de 2022, a Companhia reconheceu o saldo de R\$ 57.700 mil referente ao direito de reaver mediante compensação, valores pagos indevidamente sobre ICMS incluído na base do PIS e COFINS. Conforme processo nº 0024049-12.2006.4.03.6100 data trânsito julgado em 22.08.2019.

7. Investimentos			
	2025	2024	
Incentivos fiscais a realizar - opções no FINAM	372	372	
Outros investimentos	82	82	
	<b>454</b>	<b>454</b>	

8. Imobilizado			
	2025	2024	
Máquinas e equipamentos	10%	48.310 (40.629)	7.681 (8.102)
Edificações	4%	5.033 (1.744)	3.289 (2.174)
Ferramentas			
duráveis	10%	266 (256)	10 (10)
Ferramentas especiais	10%	88.529 (61.043)	27.486 (29.990)
Instalações	10%	6.161 (4.410)	1.751 (1.991)
Móveis e utensílios	10%	6.947 (6.376)	571 (665)
Programas de comp. (software)	5%	914 (783)	131 (76)
Veículos	20%	284 (282)	2 (7)
Em andamento		7.507	7.507
		<b>163.951 (115.523)</b>	<b>48.428 (48.559)</b>

Movimentação do ativo imobilizado:

	2024	Adi- ções	Bai- xas	Transfe- rên- cia	Depre- ciação	2025
Máquinas e equipamentos	8.102	98 (272)	754 (1.001)	1.681		7.681
Edificações	2.674	-	-	808 (193)	3.289	2.674
Ferramentas duráveis	10	6	-	(6)	10	10
Ferramentas especiais	29.990	20 (798)	884 (2.600)	27.486		27.486
Instalações	1.991	-	131 (371)	1.751		1.751
Móveis e utensílios	665	47 (17)	33 (157)	571		571
Programas de comp. (software)	76	135	-	(80)	131	131
Veículos	7	-	-	(5)	2	2
Imobilizado em anda- mento	5.054	5.090 (1)	(2.636)	-	7.507	7.507
		<b>48.559</b>	<b>5.396 (1.088)</b>	<b>(26)</b>	<b>(4.413)</b>	<b>48.428</b>

9. Fornecedores			
	2025	2024	
Fornecedores diversos	6.089	2.355	
<b>Total do saldo de fornecedores:</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
A vencer	6.081	1.538	
Vencidos até 30 dias	-	8	817
Vencidos até 60 dias	-	-	-
Vencidos até 90 dias	-	-	-
Vencidos até 180 dias	-	-	-
Vencidos acima de 180 dias	-	-	-
	<b>6.089</b>	<b>2.355</b>	

10. Empréstimos (conta garantida e capital de giro)			
	2025	2024	
Circulante	-	-	
Capital de giro	-	1.074	
Financiamento	-	213	
	-	<b>1.287</b>	

Para reduzir o risco de crédito, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na análise in-

pre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem impacto, dentro de uma perspectiva razoável, e as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião modificada. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião modificada sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incer-

teza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião modificada, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

**BDO** BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1 Victor Henrique Fortunato Ferreira Contador CRC 1 SP 223306/O-3

**A Diretoria**  
Antonio Luiz Garcia Petenate - TC CRC 1SP 111.730/O-2

administração o que este ponto será objeto de ajuste somente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Ressaltamos que a ausência deste suporte técnico impacta a razoabilidade dos valores líquidos apresentados para os ativos.

**2. Inconsistência na Metodologia Aplicada à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** Verificamos, na análise dos saldos apresentados, que permanecem inconsistências relacionadas à metodologia de cálculo e documentação suporte da PECLD. Embora tenham sido fornecidos documentos adicionais para 2025, o tratamento contábil e a aderência ao modelo de perdas auditoria previsto pelo CPC 48 continuam inadequados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião modificada. **Ênfase - Partes relacionadas:** A Companhia mantém relações com partes relacionadas referentes a mútuo, conforme Nota Explicativa nº 16. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, os quais não necessariamente indicam as condições que teriam existi-

do (favoráveis ou desfavoráveis), ou os resultados das operações que poderiam ser obtidos, caso as transações tivessem sido efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião modificada não está modificada sobre esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião modificada. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria ser-

teza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião modificada, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstr